



Relatório de Autoavaliação

Integral

2017

Comissão Própria de Avaliação da UCPel

<http://cpa.ucpel.edu.br/>



SIGLAS

ACG	Atividade Complementar Geral
APAC	Associação Pelotense de Assistência e Cultura
BASIS	Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAI	Comissão de Avaliação Institucional
CAPEL	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Comissão Central de Avaliação Institucional
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCT	Convenção Coletiva do Trabalho
CETRES	Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade
CIEMSUL	Centro de Incubação de Empresas da Região Sul
COCEPE	Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa
COMUNG	Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COREME	Comissão de Residência Médica
COREMU	Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde
CPCQ	Coordenadoria de Planejamento, Controle e Qualidade
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CREA-RS	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EaD	Educação a Distância
EDR	Escritório de Desenvolvimento Regional
e-MEC	Sistema do Ministério da Educação responsável pela Tramitação dos Processos de Ato Regulatório das Instituições de Educação Superior do Brasil
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FADC	Fundo de Apoio à Divulgação Científica
FURG	Fundação Universidade de Rio Grande
GEMIGRA	Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos
HUSFP	Hospital Universitário São Francisco de Paula
IES	Instituição de Ensino Superior

IML	Instituto Médico Legal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITEPA	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
LQA	Laboratório de Química Ambiental
MOODLE	Ambiente Virtual de Aprendizagem (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NESIC	Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas
NUPed	Núcleo Pedagógico
PADOC	Programa de Aperfeiçoamento Docente
PAIC	Programa de Apoio à Inclusão Digital e Cidadania
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAIUNG	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Planejamento Estratégico
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRAC	Pró-Reitoria Acadêmica
PROIES	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
PRT	Programa de Regularização Tributária
REDHAC	Rede de Desenvolvimento de Habilidades Acadêmicas
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
RU	Rádio Universidade
SAJ	Serviço de Assistência Judiciária
SAPU	Sistema de Apoio Universitário da UCPel
SDRA	Seção de Documentação e Registro Acadêmico

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAETEC	Serviços em Inovação e Tecnologia do SEBRAE
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINTAE	Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho
SPAC	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura
TI	Tempo Integral
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
URCAMP	Universidade da Região da Campanha
ZATTERA	Sistema informatizado de gestão acadêmica da UCPel. O nome é uma homenagem ao criador e primeiro reitor da Universidade, Dom Antônio Zattera.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Dados da Instituição	7
1.2 Missão, Visão e Valores	7
1.3 Princípios Filosóficos e Epistemo-Metodológicos	8
1.4 Objetivos da UCPel	8
1.5 Breve Histórico da IES	9
1.6 O Processo de Avaliação na UCPel.....	12
1.6.1 A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Anteriores.....	12
1.6.2 A UCPel e o PAIUB.....	13
1.6.3 A UCPel e o PAIUNG.....	14
1.6.4 A UCPel e a Avaliação Institucional proposta pelo CRUB	15
1.6.5 A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Atuais	17
1.6.6 Composição da CPA em 2017.....	18
1.6.7 Atividades da CPA em 2017	19
2 METODOLOGIA.....	21
3 DESENVOLVIMENTO.....	22
3.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	22
3.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	23
3.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	25
3.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão	28
3.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física	31
4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	33
4.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	33
4.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	36
4.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	38
4.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão	42
4.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física	43
4.6 Resultados numéricos da autoavaliação	48
5 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.....	49
5.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	49
5.1.1 Ações de melhorias realizadas.....	49
5.1.2 Planejamento de melhorias.....	49

5.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	50
5.2.1 Ações de melhorias realizadas.....	50
5.2.2 Planejamento de melhorias	50
5.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	50
5.3.1 Ações de melhorias realizadas.....	50
5.3.2 Planejamento de melhorias	50
5.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão	51
5.4.1 Ações de melhorias realizadas.....	51
5.4.2 Planejamento de melhorias	53
5.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física	54
5.5.1 Ações de melhorias realizadas.....	54
5.5.2 Planejamento de melhorias	55

1 INTRODUÇÃO

1.1 Dados da Instituição

Nome: Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Código da IES no MEC: 018

Caracterização: Instituição privada, sem fins lucrativos, comunitária, filantrópica, confessional

Município: Pelotas / RS

Mantenedora: Associação Pelotense de Assistência e Cultura (APAC)

Representante legal: Dom Jacinto Bergmann, Arcebispo Metropolitano de Pelotas

Dirigente principal: José Carlos Bachettini Júnior, Reitor da UCPel

1.2 Missão, Visão e Valores

Missão

A missão da Universidade Católica de Pelotas é investigar a verdade, produzir e compartilhar o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade.

Visão

Nós queremos ser: uma Universidade de qualidade reconhecida, centro de referência de conhecimento em educação, saúde, negócios e tecnologia, alicerçados na inovação, na gestão sustentável e participativa, contribuindo para a promoção social e cultural e desenvolvimento local e regional.

Valores

Os valores constituem parte central da cultura organizacional e devem nortear todas as ações da Universidade.

Para a UCPel foram definidos os seguintes valores:

- Verdade
- Liberdade
- Justiça
- Ética
- Comprometimento
- Solidariedade
- Voluntariado
- Transparência
- Inovação
- Promoção da Vida

1.3 Princípios Filosóficos e Epistemo-Metodológicos

As Diretrizes e Normas Gerais da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) apontam para um horizonte em que:

- a UCPel se propõe a ser uma comunidade humana autêntica, caracterizada pelo respeito recíproco, pelo diálogo sincero e pela responsabilidade social, promovendo a unidade, cuja fonte brota da sua consagração à verdade, da diversidade dos campos do saber, de uma comum compreensão da dignidade humana e, em última análise, da pessoa humana e da mensagem de Cristo que dão à Instituição o seu caráter distintivo. A verdade necessita do amor, e este necessita da verdade;

- os professores universitários cresçam sempre mais em competência, articulando as atividades de ensino-aprendizagem a uma visão de mundo compatível e coerente com a dignidade humana e a promoção da vida; os professores cristãos, por sua vez, testemunhem a desejada integração humana entre fé e cultura, entre competência e sabedoria cristã;

- há uma centralidade da pessoa que aprende, em que os estudantes persigam uma educação que os torne capazes de um juízo racional e crítico, conscientes da dignidade transcendente do ser humano em direção à consciência e ao conhecimento de si, à responsabilidade pela criação, à imensidão do Criador, a uma formação profissional que compreende os valores éticos e o sentido de serviço à pessoa humana e à sociedade;

- os dirigentes promovam uma gestão de serviço guiados pela coragem, pelo diálogo e pela criatividade intelectual;

- o pessoal administrativo testemunhe o empenho e a competência como qualidades indispensáveis para a identidade e a vida da Universidade.

1.4 Objetivos da UCPel

1.4.1 Objetivo Geral

Promover a educação de seres humanos éticos, competentes, aptos à ocupação de seus espaços no contexto social e ao desempenho de diferentes papéis, segundo princípios de solidariedade.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Viabilizar o comprometimento da comunidade universitária com propósitos comuns.
- Promover a cultura da solidariedade.

- Capacitar para o exercício da cooperação e autonomia na construção, questionamento e aplicação do conhecimento.
- Viabilizar o desenvolvimento de condições pessoais de sensibilidade e atendimento a demandas e superação de desafios decorrentes de lacunas e necessidades contextuais.
- Proporcionar o acesso, questionamento, discussão e produção de conhecimentos científico-tecnológicos.
- Instalar, no contexto universitário, a vivência do processo de formação continuada, como exigência decorrente da mobilidade e flexibilidade dos saberes em constante evolução.
- Estabelecer vínculos consistentes e permanentes de intercâmbio entre as dimensões acadêmicas de produção e socialização de conhecimentos.
- Possibilitar o desenvolvimento de competências de natureza conceitual, lógica, política, técnica e científica, nos planos individuais e coletivos.
- Implementar mecanismos teórico-metodológico-operacionais para discussão permanente do processo pedagógico da UCPel.

1.5 Breve Histórico da IES

O Decreto Presidencial nº 49.088, de 07 de outubro de 1960, oficializou a criação da Universidade Católica Sul-Rio-grandense de Pelotas, fundada por Dom Antônio Záttera, 3º Bispo Diocesano de Pelotas. Sua instalação solene ocorreu no dia 22 de outubro daquele ano, como a primeira Universidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Dois anos após, por decisão do Conselho Universitário, simplificou seu nome para Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Sua constituição resultou da agregação de cursos e faculdades existentes na região, a maioria fruto de iniciativas da Igreja na área da educação ao longo do tempo. Assim, a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, em funcionamento desde 1937; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1953 e o Curso de Jornalismo (mais tarde Faculdade de Comunicação Social), criado em 1958, formaram a base pelotense em que a UCPel se constituiu. Agregue-se a essas iniciativas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé, que começou a funcionar no ano letivo de 1959, e a Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua”, de Rio Grande, que a Mitra Diocesana de Pelotas assumiu em 1959, legalmente autorizada a funcionar no início de 1960.

O primeiro decênio da UCPel marcou o acréscimo de novas faculdades e cursos, registrando uma expansão considerável. Surgiram, então, a Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia, além de novos cursos nas Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas, todos em Pelotas. Fora do Município foram criadas a Faculdade de Filosofia de Rio Grande, a Faculdade de Direito de Bagé e, atendendo a demandas, com autorização do Conselho Federal de Educação, o Curso de Estudos Sociais, em Jaguarão, o de Ciências Econômicas, em São Gabriel, e o de Ciências Contábeis, em Camaquã.

A maioria dos cursos e faculdades localizadas fora de Pelotas mais tarde deu origem a outras instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

No decorrer do tempo, a Universidade procedeu a reformulações estatutárias, ajustando-se, assim, às novas realidades do País. Em consequência, sua estrutura também passou por alterações e atualmente possui dois Centros, Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas (CCST), e o Instituto Superior de Formação Humanística (ISFH), por meio dos quais realiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Mantida anteriormente pela Mitra Diocesana de Pelotas e posteriormente pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC), atualmente tem como mantenedora a Associação Pelotense de Assistência e Cultura (APAC) que é uma associação civil, sem fins lucrativos. A UCPel constitui-se em uma Instituição de Ensino Superior (IES) de caráter privado, comunitário, filantrópico e confessional. Situa-se no município-pólo da Zona Sul do Estado, atuando, também, em outras comunidades da região por meio do ensino e de ações extensionistas.

Além das atividades de graduação, a Universidade oferece programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de pós-graduação *lato sensu*, prestando relevantes serviços à comunidade no contexto locorregional. A UCPel possui atualmente cinco programas de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado e Doutorado em Letras, Mestrado e Doutorado em Saúde e Comportamento, Mestrado e Doutorado em Política Social, Mestrado Profissionalizante em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, Mestrado em Engenharia Eletrônica e Computação e, na área de pós-graduação *lato sensu*, mantém uma significativa oferta de cursos com base nas demandas regionais. Em decorrência dos cursos e programas de pós-graduação, desenvolvem-se as atividades de pesquisa na Instituição.

No contexto regional, a UCPel sempre tem prestado vários serviços à comunidade, salientando-se seus órgãos auxiliares: o Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP), a Rádio Universidade (RU) e o Lar da Criança São Luiz Gonzaga.

No ano de 2017 foram oferecidos os cursos de graduação abaixo relacionados.

Cursos de Graduação com alunos vinculados em 2017
Centro de Ciências da Saúde
Enfermagem
Farmácia
Fisioterapia
Medicina
Odontologia
Psicologia
Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas
Administração
Arquitetura e Urbanismo
Ciências Contábeis
Direito
Engenharia Civil
Engenharia de Computação
Engenharia Elétrica
Engenharia Eletrônica
Jornalismo
Letras
Matemática
Publicidade e Propaganda
Serviço Social
Tecnologia em Design de Moda
Tecnologia em Gestão Comercial
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Tecnologia em Gestão Financeira
Tecnologia em Segurança Pública (EAD)
Instituto de Formação Humanística
Filosofia (Bacharelado e Licenciatura)
Pedagogia
Teologia

Na área de pós-graduação *lato sensu*, durante o ano de 2017 estiveram em funcionamento os cursos abaixo relacionados.

Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> com alunos vinculados em 2017
Análises Clínicas
Cosmetologia e Estética
Direito Civil e Direito Processual Civil
Direito Tributário Empresarial
Engenharia de Segurança do Trabalho
MBA em Coaching e Gestão Estratégica de Pessoas
MBA Gestão Estratégica de Negócios
MBE em Controladoria e Finanças
MBA em Marketing Estratégico

1.6 O Processo de Avaliação na UCPel

Na história da UCPel há registros de várias iniciativas de avaliação institucional, quase todas realizadas de maneira isolada, em algumas unidades, até a instituição do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Recorde-se, a seguir, uma síntese do histórico da avaliação na UCPel.

1.6.1 A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Anteriores

Nas diversas fases por que passou a UCPel, quanto à sua estrutura acadêmica e organizacional, centros de ensino, faculdades e agora Centros/Instituto, sempre houve a iniciativa em promover os seus próprios processos de avaliação. Há registro, por exemplo, de uma ampla avaliação feita pela Faculdade de Ciências Econômicas nos anos de 1969/1970, levando a uma série de mudanças administrativas e pedagógicas naquele período.

É no ano de 1985 que se inicia um movimento avaliativo crítico, abrangendo toda a Universidade. Isso se dá mediante um roteiro elaborado pela Assessoria da Reitoria e do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa (COCEPE), aprovado pelos diferentes segmentos, em outubro daquele ano. Essa avaliação teve como foco principal o ensino, em especial o de graduação. Os resultados foram apresentados em 1986 nas assembleias de professores, funcionários e alunos.

Em 1992, sob a coordenação da Pró-Reitoria Acadêmica, desenvolve-se mais uma iniciativa de avaliação. Nesse ano foi promovida uma Avaliação do Desempenho Docente feita pelos alunos. Após a tabulação dos dados, cada professor avaliado recebeu o seu

resultado, de forma confidencial, para análise e reflexão pessoal. No ano seguinte, o instrumento de coleta de dados foi revisado, reformulado e novamente aplicado aos alunos.

Em 1993, foi feita também a autoavaliação docente, cujos resultados, junto com a avaliação do desempenho docente, foram repassados a cada professor. Também foi feita a autoavaliação dos alunos, e oferecidos a eles os resultados para que pudessem refletir sobre seu desempenho.

Nesse período, com base nas avaliações realizadas, foram apontados indicadores para o processo de avaliação, que então tomava mais consistência na Universidade, mas, ainda assim, era pouco abrangente.

Paralelamente, desenvolviam-se ações de avaliação na área da pesquisa, mas sem a necessária integração com o processo avaliativo até então instaurado.

1.6.2 A UCPel e o PAIUB

Em 1995, nova iniciativa leva a uma revisão do Programa existente e à sua adequação ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Com isso, o processo buscava abranger todos os segmentos da UCPel. Em 1996, a Universidade responde ao Edital do PAIUB e tem o seu Programa de Avaliação Institucional aprovado pelo Ministério de Educação (MEC). O objetivo geral era de promover na UCPel um autoconhecimento que permitisse examinar o exercício das funções do ensino, pesquisa e extensão, e o seu impacto na comunidade. Metodologicamente, o Projeto constaria das etapas de sensibilização, diagnóstico, avaliação interna e avaliação externa.

Essa nova fase da Avaliação Institucional estava prevista para o período de agosto de 1996 a dezembro de 1997. Para operacionalizar o processo, em outubro de 1996, foi criada a Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA). Como estratégia de ação, em cada Escola (origem dos atuais Centros/Instituto), foi instituído o Núcleo de Avaliação da Escola, com um coordenador de avaliação e três alunos bolsistas (recursos do PAIUB). Os coordenadores passaram a ter reuniões semanais com a CCA, realizando estudos sobre avaliação, levantamentos de indicadores e elaboração de instrumentos de coleta de dados.

Foram estabelecidas algumas grandes questões centrais que nortearam a definição dos indicadores e dos instrumentos de coleta de dados. Exemplos: O que pensam os alunos formandos sobre o curso que estão concluindo? Como os alunos e professores vêem a biblioteca e os laboratórios? Quem são os nossos professores e o que pensam sobre o processo ensino-aprendizagem? O que os nossos alunos pensam sobre a ação curricular e os

professores dos seus cursos? Como os diretores de escola vêm a sua tarefa? Quem são os nossos funcionários e como vêm o trabalho que realizam? E os nossos egressos? Como estão se inserindo no mercado de trabalho?

Como estratégia de sensibilização, foram feitas visitas aos diretores de Escola, no sentido de trocar ideias com relação à avaliação, tanto do ponto de vista da receptividade quanto da divulgação e apoio aos professores.

Posteriormente, contando com a presença da Reitoria, realizou-se reunião com os diretores de Escola, assessores e professores para troca de ideias e proposta de estratégias de continuação do programa de avaliação, decidindo-se, então, que cada Escola escolhesse o seu caminho de sensibilização e divulgação.

O projeto, contemplado com recursos do PAIUB, abrangeu o ensino de graduação, incluindo aspectos relativos ao conjunto da Instituição. A proposta metodológica concentrou-se no levantamento de opiniões sobre o curso como um todo (formandos de 1996/2), os laboratórios (alunos e professores) e as bibliotecas (alunos, professores e funcionários).

1.6.3 A UCPel e o PAIUNG

O ano de 1998 foi caracterizado por mudança de Reitoria e pela adesão formal da UCPel ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (PAIUNG). Nesse ano, desenvolveu-se também, na Universidade, um novo processo de planejamento estratégico, embora faltando uma maior integração com o da avaliação institucional.

Reestruturou-se a Comissão de Avaliação, ficando sob a coordenação geral da Pró-Reitoria Acadêmica (PRAC), integrada ainda por representantes das Assessorias de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e da Coordenadoria de Ensino da Assessoria de Graduação. Com essa composição, pretendeu-se articular e dar participação aos diferentes segmentos que compõem a Universidade, bem como disponibilizar-lhes recursos metodológicos necessários à efetivação do processo avaliativo.

Entre as atividades desenvolvidas pela Comissão, estava a reflexão teórica sobre Avaliação Institucional, transformada na publicação “Projeto de Avaliação Institucional – Concepção Metodológica”. Esse texto continha o marco teórico, os objetivos gerais e específicos, metas, metodologia, descrição das ações e uma detalhada relação de indicadores para as dimensões de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Com isso, houve um redirecionamento das ações: além das normas estabelecidas pela legislação vigente e a

orientação do PAIUB, o novo processo utilizou os indicadores propostos pelo Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), acrescidos de outros dados obtidos por sugestões dos diversos atores da Universidade e sobre os diferentes aspectos a serem avaliados.

Outra atividade foi a discussão com os diretores das Escolas/Institutos sobre as novas ações, havendo uma decisão de implementação do projeto por algumas dessas unidades. Tal descentralização, que poderia parecer mais ágil e flexível, trouxe certa perda de unidade do processo.

Desde esse período, a Universidade já vinha acompanhando algumas atividades do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que propunha uma metodologia de Avaliação Institucional, abrangendo as dimensões destacadas no PAIUNG e ainda detalhava outras, firmou-se cada vez mais a intenção de aderir a esse modelo, o que ocorreu no primeiro semestre de 2001.

1.6.4 A UCPel e a Avaliação Institucional proposta pelo CRUB

A Portaria Nº 064/2001, de 30 de julho de 2001, instituiu, sob a coordenação do Vice-Reitor, a nova Comissão de Avaliação Institucional (CAI, composta de cinco membros) e a Subcomissão de Diagnóstico das Dimensões a Serem Avaliadas (com vinte e oito membros). Com esse instrumento ficou formalizada a opção da UCPel pelo modelo de Avaliação Institucional proposto pelo CRUB. A assinatura e divulgação da Portaria, aconteceu na reunião geral do Corpo Docente com a Reitoria, dia 30 de julho, quando o modelo proposto foi apresentado em palestra proferida pela Secretária Executiva do CRUB.

O objetivo maior do modelo era levar a Instituição a identificar sua marca, a especificidade de suas respostas às demandas e necessidades da comunidade a que se propõe atender. O modelo focalizou três pontos principais: qualidade do ensino, eficiência gerencial e organizacional e relevância pública e social.

Diferentemente do PAIUNG, esse modelo trabalhou com um detalhamento maior das dimensões: 1 - Missão, objetivos e vocação da instituição; 2 - Ensino; 3 - Pesquisa; 4 - Relações externas; 5 - Corpo docente; 6 - Corpo discente; 7 - Corpo técnico-administrativo; 8 - Administração acadêmica de cursos; 9 - Controle do produto; 10 - Organização e governo; 11 - Planejamento e avaliação; 12 - Recursos de informação; 13 - Recursos de infraestrutura; 14 - Recursos financeiros.

Tendo como meta uma ampla participação, foi definida uma estratégia geral de ação, segundo a qual todos os assuntos deveriam ser aprovados em reunião conjunta da CAI e da Subcomissão (formada por vinte e oito membros, dois para cada uma das dimensões a serem avaliadas). Entre seus integrantes estavam todos os diretores de Escolas/Institutos e ainda professores e funcionários, representando os diferentes segmentos da Universidade. Para as etapas iniciais do trabalho, a CAI elaborava as minutas que eram levadas à discussão no grande grupo. Nas demais etapas, a Subcomissão, por intermédio das duplas responsáveis pelas 14 dimensões, redigia as minutas, compatibilizadas pela CAI e referendadas no grande grupo.

Considerou-se esse período como o Primeiro Ciclo Completo da Avaliação Institucional na UCPel, cujo desenvolvimento deu-se por meio das seguintes etapas:

- resgate de experiências em Avaliação Institucional, internas ou de outras entidades;
- definição dos objetivos gerais e por dimensão;
- definição da metodologia para elaboração dos instrumentos;
- elaboração da matriz de correlação;
- estabelecimento dos indicadores;
- elaboração dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação;
- aplicação dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação.

A divulgação dos resultados foi feita em jornal, formato tablóide, de quatro páginas. Foram feitas seis edições, entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, com as páginas externas coloridas, mantendo uma diagramação similar. Cada professor e cada funcionário técnico-administrativo recebeu seu exemplar nominalmente. Os alunos receberam seus exemplares nos saguões e espaços de convivência da Universidade. Aos egressos participantes da pesquisa e aos entrevistados na pesquisa de rua também foram enviados exemplares da edição em que aqueles levantamentos foram publicados. Em fevereiro de 2003, foi editado o caderno nº 3 da CAI, contendo todos os resultados (dados gerais) das pesquisas realizadas.

Concluídas essas pesquisas de opinião, coube à CAI a coleta de informações nos bancos de dados da Instituição, denominada pesquisa direta. Após os ajustes necessários, foi elaborado o Relatório Final. Observe-se que, nesse contexto (entre 2003 e 2004), tendo em vista a implementação do SINAES, não ocorreu a avaliação externa prevista no modelo proposto pelo CRUB.

1.6.5 A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Atuais

Com base na criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES - Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004), a Universidade passou a adequar-se às novas exigências legais.

Em 7 de junho de 2004, por intermédio da Portaria Nº 056/2004, a UCPel constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por doze membros: cinco representantes docentes, dois discentes, três do corpo técnico-administrativo e dois da sociedade civil. Além deste grupo, conta também com uma equipe de apoio para a operacionalização das demandas avaliativas.

A CPA da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) tem como objetivo promover a condução e coordenação dos processos de avaliação institucional na UCPel, em todos os seus níveis e instâncias, atuando com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Universidade. Atende às necessidades próprias da UCPel e observa as determinações da Lei 10.861 e normatizações posteriores, em especial as orientações emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Desde a sua constituição, a CPA da UCPel assumiu a responsabilidade pertinente e passou a seguir o Roteiro de Autoavaliação Institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (CONAES/INEP), cumprindo as três etapas do processo de avaliação interna: preparação, desenvolvimento e consolidação.

A etapa de preparação, associada aos estudos sobre as diretrizes para a avaliação das Instituições de Educação Superior, bem como a construção do Projeto de Autoavaliação, consumiu quase que a totalidade do tempo destinado às ações da CPA em 2004. Sendo assim, somente após o envio do Projeto à CONAES/INEP, em março de 2005, e a constituição da equipe executiva da CPA, em maio de 2005, desencadeou-se o processo de autoavaliação propriamente dito na Universidade, ou seja, passou-se às etapas de desenvolvimento e consolidação.

É importante ressaltar que a proposta de autoavaliação implementada na Universidade Católica de Pelotas caracteriza-se, assim como outras ações oficiais da UCPel, como mais um elemento capaz de ratificar a Missão da Universidade, qual seja *“investigar a verdade, produzir e compartilhar o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade”*.

O processo de autoavaliação da UCPel operacionaliza-se a partir das seguintes ações:

- autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos estudantes, iniciada em 2005/1, com continuidade semestral ininterrupta;
- realização de pesquisas de opinião, desde 2005, com alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, egressos e comunidade geral. Essas pesquisas são efetivadas em ciclos trienais, estando em estudo para que algumas delas passem a ser realizadas anualmente;
- autoavaliação de cursos, desde 2013, com base no Instrumento de Avaliação do MEC e nas pesquisas de opinião junto à comunidade universitária;
- autoavaliação institucional, com base no Instrumento de Avaliação Externa do MEC, envolvendo os membros da CPA e segmentos da comunidade interna e externa.

Este processo autoavaliativo tem se caracterizado pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação docente e o Programa de Aperfeiçoamento Docente (PADOC), pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas à comunidade acadêmica, à comunidade geral, aos técnico-administrativos, aos egressos, ou mesmo, pela manutenção permanente do *site* que serve como referência à avaliações externas, os resultados têm servido para a Universidade refletir sobre os seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Para os próximos ciclos avaliativos, a CPA continuará a utilizar os formulários de avaliação externa do INEP como instrumentos-chave à avaliação institucional, ao cotejamento com o PDI (2018-2022), em conformidade com o PE, e à construção dos relatórios de autoavaliação da Universidade.

1.6.6 Composição da CPA em 2017

Componentes	Segmento
Daniel Brod Rodrigues de Sousa	Docente
José Luis Silveira da Costa	Docente
Letícia Oliveira de Menezes	Docente
Marília do Amaral Dias (coordenadora)	Docente
Patrícia Osório Guerreiro	Docente
Felipe Ferreira Pinto	Discente
Querton Ricardo Costa da Silva	Discente
Ezequiel Insaurriaga Megiato	Técnico-administrativo

José Jadmir Gonçalves dos Santos	Técnico-administrativo
Paula Pruski Yamim	Técnico-administrativo
Henrique Walner Alves Feijó	Sociedade civil
José Artur Torres Ronna	Sociedade civil

Período de exercício da CPA: 02 (dois) anos

Ato de designação da CPA: Portaria nº 93/2016 de 30/05/2016 e Portarias de substituição de membros nº 096/2017, 112/2017 e 136/2017.

1.6.7 Atividades da CPA em 2017

A CPA, com representatividade de todos os segmentos universitários e da sociedade civil, realizou, durante o ano de 2017, reuniões mensais ordinárias e também reuniões extraordinárias, de março a dezembro. Nas reuniões, um dos tópicos dominantes foi a apresentação dos planos de trabalho dos grupos responsáveis pela autoavaliação dos cinco eixos, com base no Instrumento de Avaliação Institucional Externa do MEC, e ao final do ano a apresentação dos resultados.

Além disso, continuou o trabalho de consolidação do modelo de autoavaliação de cursos, tomando como base o Formulário de Avaliação de Cursos do INEP. A CPA buscou evidências e reuniu dados para dar subsídios ao trabalho dos coordenadores e NDEs (Núcleos Docentes Estruturantes), para os seguintes cursos: Medicina, Farmácia, Engenharia de Computação, Tecnologia em Gestão Comercial, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Tecnologia em Gestão Financeira. A Comissão fez a análise dos relatórios das avaliações dos cursos que receberam visita *in loco*.

A CPA realizou também, junto à Procuradoria Institucional, as atividades relativas ao Censo da Educação Superior de 2016. Manteve a página na web, atualizando os quadros de informações necessários ao processo de avaliação. Consolidou ainda o plano de divulgação da CPA. Dentro do ciclo de avaliações, efetivou as avaliações dos professores pelos alunos, material este utilizado pelo Núcleo Pedagógico (NUPed) como subsídio às suas atividades, principalmente para o Programa de Aperfeiçoamento Docente (PADOC), reestruturou e operacionalizou as pesquisas de opinião junto aos professores, técnicos administrativos, discentes, egressos e comunidade em geral e executou a autoavaliação docente.

Em relação ao ENADE, efetivou a análise dos relatórios, a aplicação de simulados, as inscrições dos discentes e as reuniões com alunos, tendo estas como objetivo a sensibilização da importância do ENADE.

A CPA esteve presente nas reuniões do PAIUNG, na comissão do PDI para acompanhamento das ações do período 2013/2017 e planejamento do novo PDI 2018/2022, e no Planejamento Estratégico (PE) da UCPel, liderando o critério “Legislação e Regulação”.

2 METODOLOGIA

Considerando as ações que constituem a autoavaliação da UCPel, descritas no item 1.6.5. (A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Atuais), cumpre reiterar o caráter qualiquantitativo e/ou plurimetodológico privilegiado nesse processo.

Ao longo de 2015 a CPA da UCPel valeu-se de uma das estratégias apresentadas pelo próprio INEP (durante a capacitação dos avaliadores do BASIS - Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), e objetivando dar maior consistência à avaliação de cada indicador, propôs a seus membros a construção de um arcabouço teórico-prático, contendo as responsabilidades e os inter-relacionamentos possíveis entre os indicadores presentes nos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que instituiu o SINAES.

Dando seguimento à proposta do MEC, a CPA, ao longo de 2016, coordenou as ações de sensibilização dos grupos responsáveis pela autoavaliação dos cinco eixos, estabelecendo um cronograma de apresentação dos seus roteiros de trabalho com vistas à autoavaliação, que foi apresentada ao final do ano. Esta autoavaliação foi baseada nas evidências que os próprios grupos definiram, e no acompanhamento das ações tomadas durante o ano. Como resultados deste processo foram estabelecidos planos de melhorias, incorporados ao Planejamento Estratégico, a serem implantados a partir de 2017.

Em 2017 os grupos trabalharam nestes planos de melhorias e examinaram novamente todas as evidências estabelecidas e, à luz das ações realizadas durante o ano, novamente atribuíram notas a cada um dos indicadores, resultando daí uma avaliação global ao final do ano.

O resultado deste trabalho, apresentado a seguir, está documentado em atas publicadas no site da CPA em <http://cpa.ucpel.edu.br/cpa/>.

3 DESENVOLVIMENTO

Os cinco grupos de trabalho, formados em 2016 para proceder à autoavaliação, trabalharam em 2017 no sentido de consolidar as ações propostas, e ao final do ano repetiram o processo avaliativo. Foram revisadas as evidências, foi atribuída uma nota a cada indicador e novos planos de ação foram estabelecidos e incorporados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Planejamento Estratégico (PE). O resultado desse trabalho está descrito a seguir.

3.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Indicador	Evidências
1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.	Relato Institucional; PDI; PE.
1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional.	Projeto de autoavaliação institucional; Projeto de autoavaliação de cursos; Plano de autoavaliação de cursos segundo o ciclo do ENADE; PDI; Projeto Pedagógico Institucional(PPI); Pesquisas de Opinião; Processo de avaliação dos professores pelos alunos; Avaliações multidisciplinares de cursos; Simulados do ENADE; Site da CPA.
1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.	Site da CPA; Portaria de constituição da CPA; Pesquisas de Opinião; Avaliação dos professores pelos alunos.
1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.	Site da CPA; Sistema de Apoio Universitário da UCPel (SAPU), no qual consta os resultados da avaliação dos professores pelos alunos; Sistema informatizado de gestão acadêmica da UCPel (ZATTERA).
1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação.	Site e-MEC - Sistema do MEC responsável pela Tramitação dos Processos de Ato Regulatório das IES do Brasil; Site da CPA.

3.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Indicador	Evidências
2.1 Missão Institucional, metas e objetivos do PDI.	PDI; PPI; PE; Missão, Visão e Valores institucionais (documentos).
2.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e pós-graduação.	PPI; atas de reuniões com Coordenadores, NDEs, Conselhos de Centro/Instituto e Universitário; modelo de PPC; Autoavaliação de Cursos; Plano de Carreira (critérios de pontuação para produção de material didático); PPC dos Cursos e a oferta de Atividades Complementares Gerais (ACG) semipresenciais.
2.3 Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	PPI; Resolução 349/2017 de criação do Regimento e do Conselho de Extensão; editais; Relatório Anual encaminhado à Coordenadoria de Planejamento, Controle e Qualidade (CPCQ); Conselho e Projetos de Extensão; materiais de divulgação dos Programas e Projetos de Extensão; atas de reuniões do Conselho de Extensão, dos Centros e dos NDEs; Salão Universitário; relatórios de pagamento de bolsas de Projetos de Extensão (mensais).
2.4 Coerência ente o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	PPI; Editais de projetos de pesquisa; Relatório Anual encaminhado à CPCQ; atas de reuniões do Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa; Salão Universitário; atas do Comitê de Ética em Pesquisa e do Comitê de Pesquisa.
2.5 Coerência ente o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à	Ponto de Cultura; Galeria de Arte; Laboratório de Química Ambiental (LQA); atividades específicas vinculadas aos cursos

<p>produção artística e ao patrimônio cultural.</p>	<p>de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo e parcerias e colaboração com poder público (como o convênio com Ministério Público) e iniciativa privada (como o Festival Internacional de Música/SESC - Serviço Social do Comércio).</p>
<p>2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.</p>	<p>Projetos e parcerias com setor público e privado; ações do Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR), de suporte à comunidade empresarial regional, com projetos como o Negócio a Negócio; Serviços em Inovação e Tecnologia do SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAETEC); Redes de Cooperação; Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA) e Centro de Incubação de Empresas Da Região Sul (CIEMSUL); Participação em Conselhos Municipais, Estaduais e Federais.</p>
<p>2.7 Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social.</p>	<p>PPI; ACGs de caráter de formação cristã e humana; ações extensionistas e atividades curriculares da graduação: projetos diversos, Habitação Social, Comunidade Indígena, UCPel na melhor idade, Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES), Programa de Apoio à Inclusão Digital e Cidadania (PAIC), Habitação Social, Capelania Universitária, Ligas Acadêmicas, Serviço de Assistência Jurídica (SAJ), Unidade Básica de Saúde (UBS). e Clínica Psicológica</p>

2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnicoracial.	ACGs de caráter de formação cristã e humana, projetos diversos: Projetos da Capelania, CETRES, PAIC, Habitação Social, Comunidade Indígena, Grupo de Estudos em Políticas Migratórias (GEMIGRA) e Direitos Humanos, etc.
2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	Não prevista no PDI.

3.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Indicador	Evidências
3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	PPI (Políticas de Ensino); regulamento do Programa de Monitoria: Resolução 348/2016; editais de monitoria (semestral); relatório de pagamentos (mensal); processo de atualização do PPC dos Cursos; processo de atualização dos Planos de Ensino.
3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	PPI (Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação); Regimento Pós-graduação (Resolução 300/2013); editais de Iniciação Científica (semestral); relatórios mensais de pagamento de Iniciação Científica (mensal); linhas de pesquisa dos Programas de Pós Graduação; Resolução 251/2009 (Iniciação Científica); atas do Conselho de Pesquisa.
3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	PPI (Políticas de Pós-graduação <i>lato sensu</i>); atas das reuniões dos colegiados e NDEs; atas do Conselho Universitário e Portarias de criação de cursos; cadastramento e atualização dos cursos no e-MEC (turmas efetivadas a partir de 2012); cadastramento de

	<p>Cursos nos Conselhos Regionais, quando necessário (Engenharia de Segurança do Trabalho no CREA-RS - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul); Projeto e Orçamentos: Programa de aquisição de bibliografia e acesso a biblioteca digital; estrutura dos serviços do HUSFP e UBS em relação aos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional em área da saúde; regimento da Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>: Resolução Reitoria UCPel 263/2010.</p>
<p>3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.</p>	<p>PPI (Políticas de Pesquisa e Pós-graduação); Relatório de eventos vinculados à Pesquisa, Tecnologia, Artes e Cultura; Resolução 251/2009 (Iniciação Científica); editais de Iniciação Científica (semestrais); e relatórios de pagamento de bolsas de Iniciação Científica (mensais).</p>
<p>3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.</p>	<p>PPI (Políticas de Extensão); edital de bolsas de Projetos de Extensão; relatório dos Projetos de Extensão; atas do Conselho de Extensão; Plano de Atividades de docentes extensionistas; relatório de projetos de extensão com recursos externos; produção extensionista no Salão Universitário.</p>
<p>3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.</p>	<p>PDI (Ações previstas); Salão Universitário; relatório da produção científica dos docentes (a partir dos dados da Central de Pastas); Ponto de Cultura; TV UCPel; Rádio Universidade.</p>
<p>3.7 Comunicação da IES com a comunidade</p>	<p>Site da UCPel e da CPA; relatório mensal das</p>

externa.	redes sociais; relatório da Ouvidoria; Clipping - Assessoria de Imprensa (produção de conteúdo enviado para a imprensa local, regional e nacional); relatório da TV UCPel (veiculação de publicidade institucional e notícias); relatório da Rádio Universidade (veiculação de publicidade institucional e notícias); visitas às escolas - Escolha Certa e Check-in.
3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna.	Site da UCPel e da CPA; relatório mensal das redes sociais; relatório da Ouvidoria; Boletim UCPel; e-mail Institucional; murais – fotos; SAPU - página de apresentação.
3.9 Programa de atendimento aos estudantes.	Projeto Rede de Desenvolvimento de Habilidades Acadêmicas (REDHAC); Programa de Monitoria (Resolução 348/2016); relatório dos apoios psicológicos (mensal); relatório sobre o apoio psicopedagógico (mensal); relatório de uso da Sala de Recursos; relatório de alunos participantes do nivelamento; edital e relatório de monitoria inclusiva; Programa REDE A.
3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	Relatório de eventos promovidos pelos Cursos da UCPel e Ligas Acadêmicas; produção discente no Salão Universitário; participação em eventos externos; relatório de alunos participantes de intercâmbio por semestres; participação em eventos internos, incluindo semanas acadêmicas e jornadas; produção discente nas ligas acadêmicas e grupos de estudo.

3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos.	Site da UCPel (Portal do Egresso); política de acompanhamento do egresso; Projeto Carreiras- Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR).
3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	Projeto Carreiras – EDR; pesquisa trienal da CPA.
3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	Não prevista no PDI.

3.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão

Indicador	Evidências
4.1 Política de formação e capacitação docente.	Política do PADOCC; relatórios do Salão Universitário; Divulgações no site da UCPel; relatório da Central de Pastas; processo de Seleção Docente; formulário para solicitação de capacitação docente; relatório de docentes com desconto em Mestrado e Doutorado; convites para capacitações; atas de presença e registros fotográficos das capacitações.
4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	Relatório onde consta capacitação/funcionário/mês; Plano de Carreira dos técnico-administrativos; convites para capacitações (email e site), atas de presença e registros fotográficos das capacitações, Boletim UCPel; relatório financeiro com listagem de funcionários cursando Graduação, <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i> ; Convenção Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar (SINTAE) - cláusula de bolsa de estudo; Avaliação de Desempenho; treinamento e

	capacitações específicas (vestibular; brigada de incêndio, entre outros); Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT); Pesquisa de Clima Organizacional (a partir dos resultados direcionam-se capacitações).
4.3 Gestão institucional.	Documentos que normatizam o funcionamento dos Órgãos de Gestão e Colegiados; atas de reuniões dos Órgãos; portarias de designação; Estatuto; Regimento e Código de Ética.
4.4 Sistema de registro acadêmico.	Manual de funcionamento da Central de Atendimento; site da UCPel; fotos do setor; Calendário Acadêmico; Relatório de Transmissão de Notas; portaria de designação do responsável pela manutenção e guarda do acervo acadêmico - Portaria Nº 16/2016 (UCPel); Portaria 1224 18/12/2013 (MEC); planilha de temporalidade dos documentos acadêmicos da UCPel; planilha de controle de documentos expedidos; processos descritos da SDRA; Regimento da UCPel.
4.5 Sustentabilidade financeira.	Execução orçamentária da UCPel: comparação entre orçado e realizado e ano anterior; PDI; controle da execução do PDI e PE; relatório razão por tipo de custo, detalhando a regularidade do pagamento das competências mensais de impostos e as prestações dos bancos; Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Certidão de Regularidade

	do FGTS; relatório razão por tipo de custo, detalhando o custeio nas participação em seminários, foruns, Fundo de Apoio à Divulgação Científica (FADC), bancas, comprovações de visitas institucionais e visitas técnicas; portaria e atas da Comissão de Fluxo de Caixa; email diário contendo planilha de pagamentos do dia e aprovação pela Comissão; Projeto PROIES e REFIS; deferimento PROIES e REFIS e adesão ao Parcelamento Programa de Regularização Tributária (PRT) da Receita Federal; deferimento da Operação de Reestruturação com o Banrisul; Relatórios das consultorias contratadas e Plano de Negócios Quântitas/Banrisul.
4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	Execução orçamentária da UCPel elaborada pela APAC: comparação entre orçado e realizado e ano anterior; Relatório razão por tipo de custo, detalhando os investimentos em ativos físicos passíveis de depreciação; Relatório razão por tipo de custo, detalhando o custeio e investimentos em ensino de graduação, pesquisa e extensão
4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente.	Plano de Carreira dos Docentes; relatório dos docentes com progressão anual; planilha de progressão (Central de Pastas).
4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.	Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos; protocolo do Plano no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com as devidas atualizações e parametrizações solicitadas;

	revisão do Plano e criação de políticas para disseminação do mesmo.
--	---

3.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física

Indicador	Evidências
5.1 Instalações administrativas.	Número de instalações administrativas (planilha de espaços físicos); resultados da pesquisa com os gestores.
5.2 Salas de aula.	Número de salas de aula (planilha de espaços físicos); ENADE; relatórios das Avaliações <i>in loco</i> dos Cursos (2015, 2016 e 2017).
5.3 Auditórios.	Nº de auditórios (planilha de espaços físicos).
5.4 Salas de professores.	Número de salas de professores (planilha de espaços físicos); relatórios das Avaliações <i>in loco</i> dos Cursos (2015 a 2017); relatórios das pesquisas da CPA (2014 e 2017).
5.5 Espaços para atendimento aos alunos.	Número de salas de atendimento individual; relatórios das Avaliações <i>in loco</i> dos Cursos (2015 a 2017); anteprojeto de novas salas de aulas de atendimento aos alunos.
5.6 Infraestrutura para CPA.	Relatório de Autoavaliação Institucional (2015 e 2016); entrevista com a CPA sobre as demandas.
5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em tempo integral – TI.	Nº de salas de orientação para professores TI; nº de estações de trabalho para professores TI relatórios das Avaliações <i>in loco</i> dos Cursos (2015, 2016 e 2017); Planos de Ação do Planejamento Estratégico de 2017.
5.8 Instalações sanitárias.	Nº de instalações sanitárias estabelecidas no Plano Diretor (planilha de espaços físicos); nº de instalações sanitárias com acessibilidade.
5.9 Biblioteca: infraestrutura física.	Nº de bibliotecas (infraestrutura de TI,

	dimensões, salas de estudo); pesquisa de satisfação dos alunos; fotos; plano de expansão física.
5.10 Biblioteca: serviços e informatização.	Sistema informatizado e funcionalidades; Minha Biblioteca, portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); diploma da coordenação; novo sistema de gestão da Biblioteca.
5.11 Biblioteca: plano de atualização do acervo.	Plano de atualização de acervo; relatório de aquisições (2015, 2016 e 2017).
5.12 Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	Nº de laboratórios de Informática; nº de equipamentos de informática por aluno; nº de equipamentos para uso individual; pesquisa com Diretores; Plano de Atualização.
5.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	Atualização do portal do aluno e professor; SAPU; Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem; redes sociais (site, facebook); softwares; número de salas com recursos multimídia.
5.14 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	Número de laboratórios por curso; relatório do ENADE; relatórios das Avaliações <i>in loco</i> dos Cursos (2015, 2016 e 2017); grupo de avaliação (Diretores).
5.15 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	Pesquisa de satisfação dos alunos; Plano de Atualização; número de atendimentos realizados (2015, 2016 e 2017); instruções de trabalho na área de segurança.
5.16 Espaços de convivência e de alimentação.	Descrição dos espaços de convivência e de alimentação; relatórios das Avaliações <i>in loco</i> dos Cursos (2015, 2016 e 2017); fotos.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

A análise dos dados e informações contidos nas evidências deu origem a uma nota para cada um dos indicadores. Ao longo deste capítulo estão descritas as notas e a contextualização das mesmas.

4.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Indicador	Contextualização	Nota 2016	Nota 2017
1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.	A demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como suficiente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. O PDI e o Planejamento Estratégico estão implantados, atendem de maneira suficiente aos requisitos do SINAES e às necessidades institucionais.	3	3
1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional.	O projeto/processo de autoavaliação institucional está implantado e atende de maneira muito boa às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico administrativas de melhoria institucional. A execução da autoavaliação na UCPel compõe-se dos seguintes instrumentos: 1) Autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos alunos (com previsão de continuidade ininterrupta); 2) Pesquisas de opinião com os professores, alunos, egressos; técnico-administrativos e comunidade geral (com previsão de continuidade a cada três anos), que demonstram graficamente o entendimento dos segmentos pesquisados	4	4

	<p>quanto à Universidade, além de questões pertinentes a cada grupo em particular ; 3) Levantamento de dados e informações descritivas, de acordo com o Instrumento de Avaliação Externa de Universidades do INEP (com previsão de continuidade regulada pelo PDI) e 4) Autoavaliação de cursos (com previsão de continuidade, de acordo com o ciclo do ENADE), a fim de que a comunidade acadêmica reflita sobre aspectos relacionados aos currículos dos cursos. O projeto atual de autoavaliação dos cursos é processo de maturação da prática construtiva de levantamento de informações, de acordo com o instrumento de avaliação externa do INEP, bem como a utilização de resultados de processos de avaliação multidisciplinar e dos resultados do ENADE e de seu simulado. O processo de autoavaliação da UCPel tem sido caracterizado, sem dúvida, pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação dos professores e o PADOc, seja pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas à comunidade acadêmica e aos egressos, ou mesmo pela manutenção permanente do site específico – na totalidade dessas ações – os resultados têm servido para a Católica refletir sobre os seus pontos fortes e fracos. Os resultados são divulgados por meio do site próprio da CPA, porém o processo de sistematização entre o</p>		
--	--	--	--

		diagnóstico e as ações de melhoria não está plenamente consolidado.		
1.3	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.	A CPA, instituída por Portaria da Reitoria da UCPel, é composta por doze pessoas: cinco representantes docentes, dois discentes, três do corpo técnico-administrativo e dois da sociedade civil. Possui espaço próprio para atuação e realiza reuniões mensais ordinárias, e extraordinárias sempre que necessário. O processo de autoavaliação está implantado, com participação muito boa da comunidade acadêmica. A CPA utiliza várias metodologias para coleta dos dados (questionários impressos, formulários <i>on line</i> e entrevistas), por meio das quais se obtêm amostras significativas para análise. Os resultados são divulgados no site da CPA e no ambiente web SAPU (Sistema de Apoio Universitário). A CPA conta com uma equipe de apoio às questões operacionais e administrativas.	4	4
1.4	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.	A divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas implantadas ocorre de maneira muito boa para a comunidade acadêmica. Embora todos os resultados estejam publicados no site da CPA, abertos a toda a comunidade, as análises destes resultados não obedecem a uma sistematização, ficando restritas ao âmbito da gestão dos Cursos e da Instituição. No site da CPA consta uma tabela com todas as visitas	4	4

	à UCPel por comissões de avaliação do INEP, ao longo desses 13 anos de SINAES (2004-2017). Os relatórios estão disponíveis em http://cpa.ucpel.tche.br/ .		
1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação.	Os relatórios de autoavaliação, elaborados e protocolados no e-MEC desde o ano de 2005, estão disponíveis também no site da CPA e acessíveis a toda a comunidade. Apresentam resultados, análises, reflexões e proposições muito boas, mas não são aproveitados de modo suficiente para o planejamento e suas ações.	3	3

4.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Indicador	Contextualização	Nota 2016	Nota 2017
2.1 Missão Institucional, metas e objetivos do PDI.	As metas e objetivos do PDI implantados estão apresentados de forma muito boa, articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.	4	4
2.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e Pós-graduação.	Há coerência muito boa entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) implantadas. Há reuniões nas diferentes instâncias acadêmicas e foi implantado, em 2016 o modelo de PPC conforme instrumento de avaliação de cursos. O processo de autoavaliação está implantado seguindo o ciclo avaliativo do ENADE.	4	4
2.3 Coerência entre o PDI e as	Verifica-se muito boa coerência entre o PDI	5	4

práticas de extensão.	e as práticas de extensão implantadas. Como melhoria, foi instituído o Conselho de Extensão.		
2.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	Há coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, as ações neste sentido estão implantadas de forma muito boa..	3	4
2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	As ações desenvolvidas pela instituição apresentam-se com coerência muito boa com aquelas preconizadas pelo PDI.	4	4
2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	As ações implantadas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam o desenvolvimento econômico e social, de maneira muito boa, conforme o proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.	4	4
2.7 Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social.	Há coerência excelente entre o PDI e as ações de inclusão social implantadas pela IES, tendo em vista as atividades realizadas em 2017 no contexto do Núcleo de Economia Solidária, do Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade, do Programa de Apoio a Inclusão Digital e Cidadania e do Projeto de Extensão Habitação Social.	4	5

	Quanto ao Projeto Pedagógico Institucional, cabe destacar a conclusão do processo de atualização e de qualificação realizado por comissão designada conforme Portaria Nº 090/2015, de 27 de outubro de 2015. Destacam-se também as atividades curriculares em espaços sociais, em especial na área da Saúde e do Direito.		
2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	Há coerência excelente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial implantadas pela IES. Essas ações apresentam-se através de atividades de ensino e extensão, reforçando a identidade da Instituição e corroborando, de forma muito boa, sua missão de formar seres humanos éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos, a serviço da pessoa e da sociedade.	4	5
2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	Não se aplica.		

4.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Indicador	Contextualização	Nota 2016	Nota 2017
3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	As ações acadêmico-administrativas implantadas estão relacionadas, de maneira muito boa, com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular,	4	4

	desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial e programas de monitoria.		
3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	As ações acadêmico-administrativas implantadas estão relacionadas de maneira muito boa com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando inclusive, sua articulação com a graduação.	3	4
3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	As ações acadêmico-administrativas previstas no PDI estão relacionadas de maneira muito boa com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.	4	4
3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	As ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão implantadas, de maneira muito boa, em conformidade com as políticas estabelecidas	3	4
3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	As ações acadêmico-administrativas de extensão estão implantadas, de maneira muito boa, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.	4	4
3.6 Políticas institucionais e	As ações de estímulo às produções	3	3

ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	acadêmicas e sua difusão estão implantadas, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.		
3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa.	Os canais de comunicação externa estão implantados, de maneira muito boa, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.	4	4
3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna.	Os canais de comunicação interna estão implantados, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.	3	3
3.9 Programa de atendimento aos estudantes.	Os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de	4	4

	acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão implantados de maneira muito boa.		
3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	Os programas de apoio ao discente estão implantados, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).	2	3
3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos.	O plano de ação/ações institucionais implantado atende de maneira insuficiente à política de acompanhamento dos egressos.	1	2
3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	As ações implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional são insuficientes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.	1	2
3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	Não se aplica.		

4.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão

Indicador	Contextualização	Nota 2016	Nota 2017
4.1 Política de formação e capacitação docente.	A política de formação e capacitação docente está implantada, de maneira muito boa, considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos, técnicos e culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.	2	4
4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	A política de formação e capacitação do corpo técnico administrativo está implantada de maneira muito boa, considerando o incentivo/auxílio para a formação continuada.	4	4
4.3 Gestão institucional.	A gestão institucional está implantada de maneira excelente para o funcionamento da Instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.	5	5
4.4 Sistema de registro acadêmico.	O sistema de registro acadêmico implantado atende de maneira muito boa às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e	4	4

	global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.		
4.5 Sustentabilidade financeira.	As fontes de recursos executadas atendem de maneira muito boa ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.	2	4
4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	O planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) executado está relacionado de maneira muito boa com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.	2	4
4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente.	A gestão do corpo docente é excelente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.	5	5
4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.	É insuficiente a gestão do corpo técnico-administrativo em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.	1	2

4.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física

Indicador	Contextualização	Nota 2016	Nota 2017
5.1 Instalações administrativas.	As instalações administrativas existentes atendem de maneira insuficiente, considerando que alguns setores não têm as dimensões, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação de forma adequada com as necessidades.	2	2
5.2 Salas de aula.	As salas de aula existentes atendem de	2	3

	maneira suficiente às necessidades dos cursos, considerando, que algumas salas de aula não têm as dimensões, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação de forma qualificada e adequada às necessidades acadêmicas.		
5.3 Auditórios.	Os auditórios existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.	2	3
5.4 Salas de professores.	As salas de professores existentes atendem de maneira suficiente às necessidades dos docentes, considerando a limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática. Porém, a quantidade e dimensão das salas necessitam de ampliação e qualificação para atender muito bem às necessidades institucionais.	3	3
5.5 Espaços para atendimento aos alunos.	Não existem espaços destinados ao Coordenador ou Professor, de forma a garantir o atendimento aos alunos de forma individualizada e reservada.	1	1
5.6 Infraestrutura para CPA.	A infraestrutura destinada à CPA atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando suas instalações físicas e equipamentos.	3	3

5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em tempo integral – TI.	Os gabinetes de trabalho para os docentes em regime de tempo integral (TI) atendem de maneira suficiente, considerando a quantidade, dimensão, infraestrutura de informática e que os docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação e em atividades de Gestão, têm gabinetes de trabalho individualizado ou compartilhado.	2	3
5.8 Instalações sanitárias.	As instalações sanitárias existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando a quantidade e acessibilidade.	2	2
5.9 Biblioteca: infraestrutura física.	A infraestrutura física das Bibliotecas atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando o espaço físico, instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física. Para qualificar ainda mais estas estruturas e atender muito bem às necessidades dos acadêmicos, foi identificada a necessidade de planos de expansão para a Biblioteca Central, ambientes de estudo e atendimento especializado. Para a Biblioteca do Campus da Saúde há necessidade de ampliar as instalações para: acervo, atendimento especializado e ambientes de estudo.	3	3
5.10 Biblioteca: serviços e informatização.	Os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando que a gestão é	3	3

	<p>feita por uma profissional da área de biblioteconomia, que os acadêmicos têm acesso via internet (consulta, reserva), que os processos são informatizados, e que o horário de funcionamento atende aos três turnos de atividades acadêmicas. Os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira insuficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, em razão, da desatualização de alguns equipamentos de consulta, da quantidade insuficiente para todos os alunos e da falta de salas com recursos de tecnologia de informação para atendimento especializado e para pesquisas acadêmicas.</p>		
5.11 Biblioteca: plano de atualização do acervo.	<p>O plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado está coerente com o PDI e os PPCs. Atende, no entanto, de maneira suficiente, considerando a alocação de recursos para a execução do plano.</p>	2	3
5.12 Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	<p>Os Laboratórios de Informática existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, principalmente, a desatualização dos equipamentos e softwares e a falta de um plano de atualização. Quanto às normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços e suporte, necessitam de qualificação para atender</p>	2	2

	<p>suficientemente às necessidades acadêmicas. Os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira insuficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que faltam Laboratórios de Informática para atender plenamente às disciplinas de todos os Cursos e pela desatualização dos equipamentos e softwares dos Laboratórios.</p>		
5.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	<p>Os recursos de tecnologias de informação atendem de maneira suficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem. Já os recursos de comunicação atendem de maneira suficiente às necessidades acadêmicas. Porém, há necessidade de mais recursos de tecnologias para atender a todos os professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.</p>	2	3
5.14 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	<p>A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando os aspectos de dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, conservação, plano de atualização e acessibilidade.</p>	2	3
5.15 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	<p>Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando os serviços realizados e o</p>	3	3

	atendimento das normas de segurança.		
5.16 Espaços de convivência e de alimentação.	Os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais considerando que, no Campus da Saúde, a quantidade e dimensão dos espaços não atendem às necessidades dos acadêmicos, e que no Prédio do Santa Margarida estes espaços não existem.	2	2

4.6 Resultados numéricos da autoavaliação

Uma vez atribuídas notas a cada um dos indicadores, os resultados da autoavaliação são expostos no quadro a seguir.

Eixo	Peso	Nota 2016	Nota 2017
Eixo 1	10	3,60	3,60
Eixo 2	20	4,00	4,25
Eixo 3	30	3,00	3,42
Eixo 4	20	3,13	4,00
Eixo 5	20	2,25	2,63
Nota final		3,20	3,58

5 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

A partir da avaliação feita em 2016 e considerando as ações realizadas em 2017, as equipes responsáveis pelos cinco eixos avaliativos novamente atribuíram nota a cada um dos indicadores, com base nas evidências e nas ações efetivadas. Com vistas à superação das fragilidades detectadas nesta última avaliação, novos planos de ações de melhorias foram inseridos no PE de 2018, sempre em consonância com o PDI.

5.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

5.1.1 Ações de melhorias realizadas

- Elaboração do Relato Institucional.
- Autoavaliação dos cursos de Medicina, Farmácia, Engenharia de Computação, Tecnologia em Gestão Comercial, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Tecnologia em Gestão Financeira.
- Aplicação de pesquisas de opinião a professores, técnico-administrativos, discentes, egressos e comunidade em geral.
- Aplicação do questionário de avaliação dos professores pelos alunos.
- Aplicação do questionário de autoavaliação dos professores.

5.1.2 Planejamento de melhorias

- Processo de autoavaliação dos cursos ser anual ao invés de trienal.
- Aplicação anual de pesquisas de opinião junto aos alunos sobre aspectos relativos aos seus cursos.
- Aperfeiçoamento do processo de divulgação dos resultados das avaliações externas e autoavaliações institucionais.
- Atualização dos instrumentos de autoavaliação dos cursos e apropriação pelos coordenadores;
- Reavaliação do processo do ENADE (análise dos relatórios, simulados, inscrições, reuniões, etc)

5.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

5.2.1 Ações de melhorias realizadas

- Implantação, por parte da Coordenadoria de Planejamento, Controle e Qualidade (CPCQ), de um plano de ação de controle sistemático do PDI, a fim de torná-lo cada vez mais alinhado às efetivas decisões da Instituição, bem como disseminá-lo como instrumento de planejamento institucional que reflita a missão, visão e valores da Universidade.
- Aprimoramento de ações afirmativas a fim de garantir parcerias institucionais, públicas ou privadas, para a promoção do desenvolvimento local e regional.

5.2.2 Planejamento de melhorias

- Aprimoramento da condução, controle e análise do Planejamento Estratégico Institucional (PE) à luz do PDI.
- Aproximação das ações do Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) com a pesquisa e extensão.

5.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

5.3.1 Ações de melhorias realizadas

- Consolidação dos projetos de extensão
- Organização das linhas de pesquisa da UCPel
- Definição das estruturas das COREME e COREMU
- Publicação do Regimento e do Estatuto da UCPel
- Consolidação do projeto de nova TV e nova RU
- Construção de relatório de veiculação de material institucional na TV UCPel
- Reestruturação da Ouvidoria da UCPel
- Implementação de projeto piloto de programa de acolhimento aos alunos da Medicina

5.3.2 Planejamento de melhorias

- Consolidação do Plano de Internacionalização da UCPel.

- Aumento da participação em editais vinculados a órgãos de fomento para apoio aos cursos de graduação.
- Consolidação da oferta de disciplina na modalidade EaD nos cursos presenciais.
- Ampliação da oferta de serviços educacionais na modalidade à distância, a partir do estabelecimento de parcerias.
- Qualificação do corpo docente, com inserção de práticas de metodologias ativas.
- Fortalecimento dos programas/projetos e ações de extensão com ênfase na curricularização e aproximação com a pesquisa.
- Acompanhamento do planejamento estratégico do Curso de Medicina, a partir da ampliação de vagas.
- Fortalecimento do programa de acompanhamento ao discente, com apropriação de toda comunidade acadêmica.
- Definição das regras de acompanhamento dos eventos vinculados à pesquisa.
- Revisão das legislações sobre requisitos de informações no portal e dos processos de divulgação interna
- Regulamentação de políticas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente e estabelecimento de dotação orçamentária para tal.
- Criação de políticas de acompanhamento dos egressos.

5.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão

5.4.1 Ações de melhorias realizadas

- Aporte de recursos para o FADC conforme definido nas políticas, com regramento de dotação orçamentária, regramento de solicitação e de prestação de contas.
- Registro de participação nos eventos vinculados ao PADOCC com envio de respectivo certificado.
- Registro no site e no Boletim UCPel de todas as atividades vinculadas a formação docente;
- Realizações de diversas capacitações, presenciais e à distância, para os funcionários conforme estabelecido no Planejamento Estratégico, com melhoria no Programa Integração e Qualificação da SIPAT.

- Expressiva quantidade de funcionários matriculados em cursos de graduação e de pós-graduação usufruindo de bolsas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).
- Realização da Pesquisa de Clima Organizacional, com melhoria nos indicadores.
- Implementação do novo Estatuto, Regimento e Código de Ética, após amplo debate qualitativo envolvendo toda a comunidade acadêmica.
- Deferimento em 2015 e consolidação em 2017 pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Receita Federal, de diversos parcelamentos tributários, destacando-se os parcelamentos Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) e Programa de Regularização Tributária (PRT), que além de reduzir encargos de juros moratórios e multa permitiram o alongamento da dívidas. que era 05 anos para 10 e 15 anos.
- A APAC, Mantenedora da UCPel, possuía em 2012 expressivo endividamento com diversas instituições financeiras, a maioria de curto prazo e gerando expressivo custo financeiro. No ano de 2017 a integralidade da dívida bancária foi assumida pelo Banrisul, através de uma operação que alongou a totalidade da dívida para 20 anos, parte com carência de 04 anos, e expressiva redução dos juros.
- A partir da Portaria Normativa nº 21 de 01/12/2016 do MEC a UCPel obteve, em novembro de 2017, autorização de oferta de mais 80 vagas no Curso de Medicina, tornando-se a maior escola médica do Rio Grande do Sul. Projeta-se um incremento no resultado líquido da UCPel com essas 80 vagas.
- O projeto de reestruturação da UCPel, iniciado em 2016, reduziu sua estrutura acadêmica para 02 Centros e 01 Instituto. Associada a outro conjunto de ações nos diversos cursos da UCPel desenvolvidas em 2017 essa nova estrutura permitiu a otimização da carga horária e conseqüente redução de custos
- Da mesma forma a UCPel passou por intensa reformulação e otimização de sua estrutura administrativa, sem abrir mão da qualificação dos serviços prestados, obtendo redução no custo da folha administrativa.
- A APAC/UCPel obteve expressiva redução nas despesas financeiras pagas, resultado dos alongamentos tributários e bancários.

- A APAC/UCPel conseguiu expressiva eficácia nos indicadores de EBITDA e resultado econômico (aumento de 289% e de 119,6%, respectivamente) objetivo principal de todo o conjunto de ações do projeto de reestruturação.
- Paralelamente à implementação do projeto de reestruturação, a UCPel em 2017, manteve a busca contínua na qualificação dos serviços prestados, dos espaços acadêmicos e administrativos e em diversas parcerias. Destacam-se os excelentes resultados obtidos nas avaliações *in loco* do MEC, que geraram notas de 4 e 5 numa escala de 1 a 5, com destaque para os cursos de Odontologia, Engenharia da Computação e Farmácia, que obtiveram nota 5, e para o curso de Medicina, que com a nota 4 ficou enquadrado como um dos melhores do país.
- A contínua crítica qualitativa no processo de seleção docente e de funcionários permitiu avanços nos processos de contratação, elogiado pelos participantes.

5.4.2 Planejamento de melhorias

- Planejamento financeiro, prevendo aumento da receita e de superávit e, também a redução de gastos.
- Em relação aos clientes, ações com vistas à retenção, à busca de novas receitas, à diversificação de convênios e ao trabalho com prospects.
- Para a qualidade dos processos internos, garantir a compliance, a efetivação das demandas, a melhoria da comunicação interna e a criação de novos produtos.
- Aperfeiçoamento da governança corporativa, qualificação do quadro funcional e investimento em tecnologia, buscando o crescimento e aprendizado.
- Para atendimento à Legislação e Normas, a adequação do suporte jurídico à decisão, a garantia do cumprimento das decisões judiciais e a observância aos instrumentos de avaliação do MEC.
- Construção e instalação de sede nova.
- Busca de reconhecimento internacional.
- Captação de patrocinadores.
- Busca do reconhecimento pela qualidade.
- Desenvolvimento de intercâmbio internacional.
- Ganho de marketing share.
- Criação de melhores condições de trabalho.

- Reestruturação da área financeira.
- Melhoria das práticas dos setores.
- Desenvolvimento e divulgação de pesquisas.
- Preparação do quadro para expansão.
- Inclusão do plano de carreira.
- Implementação de ações para união e motivação das pessoas.

5.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física

5.5.1 Ações de melhorias realizadas

- Em atendimento ao Plano de Acessibilidade foram efetivadas reformas na Central de Atendimento e elaborado um Projeto para a Sala dos Professores do Campus I.
- Instalação das câmeras externas e catracas no Campus I.
- Qualificação da sonorização do Auditório Dom Antônio Zattera.
- Transferência do Auditório da Informática para as salas 408 e 410 no Prédio C.
- Reforma estrutural do Auditório I e II do Instituto Médico Legal (IML), e instalação de TV e Microscópio no Auditório I.
- Revitalização na sala dos professores do Prédio do IML.
- Reformas estruturais na sala dos professores do Campus da Saúde, como também instalação de máquina de café.
- Criação de 5 Gabinetes de Trabalho para docentes em TI no prédio S1 no Campus da Saúde.
- Adaptação de instalações sanitárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade, em 2 banheiros nos prédios da Ginecologia e Pediatria no Campus da Saúde.
- Alocação de um valor fixo mensal para compra de livros para o acervo da Biblioteca, em conformidade com Plano de Alocação de Recursos no Orçamento Anual.
- Investimentos nos cursos que receberam avaliação *in loco* em 2017, inclusive a renovação da assinatura da licença para todos os alunos da plataforma "Minha Biblioteca", conforme estabelecido no Plano de Investimento Estratégico para 2017/2018.
- Atualização de equipamentos e softwares, nos laboratórios de informática, para os cursos de Arquitetura, Engenharia Civil e Direito.

- Implantação da Política de Uso dos Laboratórios, nos laboratórios de informática e do CCS.
- Atualização de equipamentos e softwares para os Laboratórios de Práticas Didáticas, nos laboratórios de informática e do CCS.
- Criação do novo laboratório de Habilidades Clínicas, a nova Clínica Psicológica e a primeira Clínica Odontológica, em atendimento ao Plano de Qualificação dos Laboratórios do Campus da Saúde e Prédio do IML.
- Transferência do laboratório de rádio para a RU, e os laboratórios de vídeo e foto para o laboratório 05 e 07 no prédio C, conforme estabelecido no Plano de Transferência dos Laboratórios da área de Comunicação.
- Implantação do SAPU 3.0, com o objetivo de atualizar e qualificar o SAPU.
- Qualificação do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ), adequação de layout e climatização.
- Implantação de novas tecnologias nos laboratórios do CCS, tais como a utilização de manequins simuladores no laboratório de habilidades clínicas e aquisição de uma mesa educacional em 3D, mais um atlas de estruturas anatômicas em 3D e uma plataforma para estudo de casos reais
- Implantação de Normas de Segurança para os Laboratórios de Práticas Didáticas do CCS.
- Expansão do Espaço de Alimentação do Campus da Saúde.

5.5.2 Planejamento de melhorias

- Plano de Acessibilidade para o Campus I e Campus da Saúde - Projeto realizado para execução em 2018.
- Plano de Sala de Aula Padrão- Projeto realizado para execução em 2018, no Campus I e Campus da Saúde.
- Plano de Expansão da Sala dos Professores do Campus I - Projeto realizado para execução em 2019.
- Plano de Implementação de Salas de Atendimento aos Alunos - Projeto em andamento, com a definição de layout e orçamento, para execução em 2018 e 2019.

- Plano de Criação de Espaços de trabalho para docentes em TI no Campus I e Campus da Saúde- Projeto em andamento, com a definição de layout e orçamento, para execução em 2018 e 2019 para o Campus I.
- Plano de Expansão da Biblioteca Central - em avaliação, pela questão da criação de mais salas de estudos nos prédios e pelo uso da plataforma da "Minha Biblioteca".
- Plano de Expansão para a Biblioteca do Campus da Saúde - em avaliação a expansão da Biblioteca do Centro Acadêmico.
- Plano de Atualização da Página de Acesso da Biblioteca e Plano de Novo Sistema de Gestão da Biblioteca - em processo a definição do novo sistema e compra, para implantação em 2018.
- Plano de Atualização dos Computadores da Biblioteca Central - em estudo a utilização de utilização de chromebooks.
- Plano de Normas de Segurança - em andamento.
- Plano de Expansão dos Espaços de Convivência do Campus I – em avaliação